

Favor anexar no processo 02000.
002272/2002-40. Em seguida, enviar
o processo para o DAP.

ATT,

Reinaldo Jr.

R:2137

P.S: Assunto do documento: Acordo

de Cooperação Técnica entre MMA e
Funbio de 2008.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA Nº _____, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO
MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE E O FUNDO
BRASILEIRO PARA
BIODIVERSIDADE-FUNBIO,
OBJETIVANDO A
IMPLEMENTAÇÃO DA
CONVENÇÃO SOBRE A
DIVERSIDADE BIOLÓGICA
NO ÂMBITO DO PROGRAMA
ÁREAS PROTEGIDAS DA
AMAZÔNIA - ARPA.**

A União, por intermédio do **Ministério do Meio Ambiente**, órgão da Administração Pública Federal Direta, nos termos da Lei nº 10.683/2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar, Brasília/DF e jurisdição sobre todo o Território Nacional, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.115.375/0001-07, neste ato representado por seu titular, Ministro de Estado do Meio Ambiente, **CARLOS MINC BAUMFELD**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na SHTN Trecho 01, lote 02 projeção Orla 03, Quality Lakeside apt. 407- D, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 023.814.593, IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.816.527-34, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, e incisos da Constituição Federal, doravante simplesmente denominado **MMA**, e o **FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE - FUNBIO**, organização da sociedade civil de interesse público, doravante denominado **FUNBIO**, CNPJ: 03.537.443/0001-04 com sede no Largo do IBAM, 6º andar, Humaitá, CEP 22.271-070, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, neste ato representado por seu Secretário Geral, **PEDRO WILSON LEITÃO FILHO**, brasileiro, administrador, casado, residente e domiciliado à Praia do Flamengo, n.º 140, apt. 901, Flamengo, CEP. 22.210-030, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 043.600.877-72,

CONSIDERANDO que o **Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA (Programa ARPA)**, instituído pelo Decreto Presidencial 4.326, de 08 de agosto de 2002, é um dos programas governamentais que visa a contribuir para a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tendo como finalidade expandir e consolidar o sistema de áreas protegidas do bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável a região, de forma descentralizada e participativa;



CONSIDERANDO que o Programa Arpa é decenal, e completou 4 anos em 2006, tendo viabilizado com sucesso: (a) a criação de novas Unidades de Conservação-UCs do bioma Amazônia, tendo não só atingido mas ultrapassado a meta estabelecida para sua primeira fase, de 18 milhões de hectares, sendo metade em categorias de Proteção Integral-PI e metade de uso sustentável, sendo esta última categoria subdividida em reservas extrativistas-RESEX e Reservas de Desenvolvimento Sustentável-RDS; (b) a consolidação de UCs de Proteção Integral, e de novas UCs criadas, o estabelecimento de um fundo fiduciário (FAP) para o financiamento dos custos recorrentes de UCs de Proteção Integral e de atividades de vigilância e controle ambiental de UCs de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO que o Programa visa à continuidade aos processos de criação e consolidação de novas UCs, avaliando-se os mecanismos de apoio aos estados e municípios, e os de descentralização das atividades de manutenção de UCs e os dispositivos que dão apoio ao SNUC;

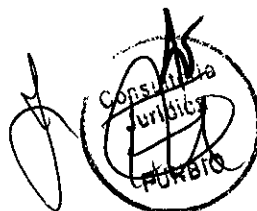
CONSIDERANDO que o **Programa ARPA** conta com recursos de doação do *Global Environmental Facility-GEF* (cuja agência implementadora é o Banco Mundial ou Bird), do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil) e do Instituto de Crédito para a Reconstrução (*Kreditanstalt Für Wiederaufbau, Frankfurt em Main-KfW*), além da dotação orçamentária da República Federativa do Brasil e de doações do setor empresarial privado;

CONSIDERANDO que, em 16 de agosto de 2002, o Ministério do Meio Ambiente editou a Portaria n. 408/02, instituindo o Comitê do **Programa do ARPA** (CP), para agilizar o processo de implementação e execução do referido **Programa ARPA**;

CONSIDERANDO que a Lei n. 9.985, de 2000 (SNUC), institui o IBAMA como órgão executor, com a função de implementar o SNUC, por meio da criação, consolidação e administração de Unidades de Conservação, em suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO que a Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007, cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade- Instituto Chico Mendes, determinando como sua competência a implementação do SNUC através da execução das ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; da execução das políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União; do fomento e execução de programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e do exercício do poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União, admitindo a competência supletiva do IBAMA relativamente ao mencionado poder de polícia ambiental;

CONSIDERANDO que, portanto, o Instituto Chico Mendes é sucessor do IBAMA em seus direitos e obrigações e nos contratos nos termos do art 3º da Lei 11.516 de 28 de

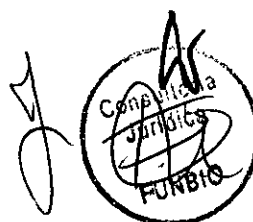


agosto de 2007;

CONSIDERANDO que o **FUNBIO**, sendo uma associação civil sem fins lucrativos e tendo como missão aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade, tem como objetivos apoiar a implementação de programas e outras iniciativas, suprindo e fornecendo recursos técnicos, materiais e financeiros para sua execução, de origem própria ou não; promover e participar de parcerias com o Poder Público, com a Sociedade Civil e com a iniciativa privada, no desenvolvimento de suas atividades; contribuir, nos marcos do desenvolvimento sustentável, para o desenvolvimento de iniciativas públicas e privadas promotoras de desenvolvimento social, geradoras de trabalho e renda e repartidoras justas e equitativas de benefícios para as populações locais; fomentar programas inovadores, testes de modelos e metodologias participativa e multidisciplinares; gerar e disseminar informações, elaborar estudos e diagnósticos, bem como fazer recomendações sobre ações prioritárias, estratégias e políticas públicas no seu campo de atuação; implementar ou apoiar ações de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio técnico, de educação ambiental e de fomento de atividades de pesquisa;

CONSIDERANDO que o **FUNBIO** é originalmente um programa apoiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial ou Bird), com recursos provenientes do *Global Environmental Facility-GEF*, em iniciativa conjunta com o Governo Brasileiro, tendo regras preestabelecidas que regulamentam toda atividade de apoio a programas que conservem a biodiversidade no Brasil e promovam o uso sustentável dos recursos naturais;

CONSIDERANDO que os parceiros do **Programa ARPA** escolheram o **FUNBIO** como agente donatário de seus recursos, firmando os respectivos acordos de doação: (i) *Grant Agreement* com Banco Mundial (GEF), de nº TF051240, vinculado ao *Projeto Appraisal Document*, que dispõe sobre a atuação do **FUNBIO** como agente implementador das atividades de: (a) aquisição de bens e contratação de serviços (*procurement*), conforme preestabelecido nos Planos Operativos Anuais (POAs) das UCs, após aprovação pelo Comitê do Programa, conforme as regras do Banco Mundial e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do Programa-MOP e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas-FAP; (b) desenvolvimento de subprojetos de uso sustentável, para implementação do Componente 2 do Programa (Consolidação de Unidades de Conservação) (c) desenvolvimento de estudos e projetos piloto, aprovados pelo Comitê do Programa-CP, com a finalidade de facilitar a implementação do Componente 3 do Programa (Sustentabilidade financeira das UCs); (d) constituição e administração de um fundo fiduciário (FAP) para garantir a sustentabilidade financeira das UCs contempladas pelo **Programa ARPA**; (ii) os Contratos CBR 134-2003, CBR 199-2004 e seu Termo Aditivo de 2005, celebrados entre **WWF-Brasil** e **FUNBIO**, que dota o **FUNBIO** com recursos financeiros com o objetivo de viabilizar a contribuição técnica e financeira do WWF-Brasil ao **Programa ARPA**; e (iii) o Contrato celebrado entre KfW e **FUNBIO**, em 12.11.2004, que dota o **FUNBIO** de recursos financeiros para a criação e a consolidação das Unidades de Conservação previstas no **Programa ARPA** e ações apoio visando a sustentabilidade das mesmas;



CONSIDERANDO que, para a implementação do **Programa ARPA**, a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) firmou Acordo de Cooperação Técnica com o **FUNBIO**, com a finalidade de definir responsabilidades e obrigações mútuas, visando, pelo lado governamental, à elaboração da demanda de bens e serviços necessários à implementação dos objetivos do **Programa ARPA**, e, pelo lado do **FUNBIO**, à criação de condições para o atendimento adequado dessa demanda;

CONSIDERANDO que os partícipes têm pleno conhecimento dos dados, termos e condições constantes do Documento Oficial do Governo Brasileiro, *Project Appraisal Document-PAD*, Acordos de Doação e demais documentos relacionados ao **Programa ARPA**, que, por referência e para todos os efeitos, fazem parte integrante deste documento; e, finalmente;

CONSIDERANDO o disposto no item 3.01, (b), (iii), do *Grant Agreement* com Banco Mundial (GEF) de n. TF051240, bem como o disposto no item 3 do Anexo 6 do mesmo acordo de doação;

Resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

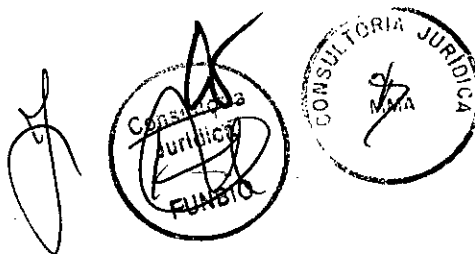
O presente Acordo tem por objeto estabelecer a cooperação técnica entre o **MMA** e o **FUNBIO**, na continuidade da implementação das atividades do **Programa ARPA**, com vistas à criação, implantação e consolidação de Unidades de Conservação, no bioma Amazônia, contempladas no SNUC, observando o conjunto de documentos oficiais do **Programa ARPA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEFINIÇÕES

Para fins deste Acordo de Cooperação Técnica:

(1) **Convenção sobre Diversidade Biológica** – é a convenção internacional assinada pelo Brasil em 5 de junho de 1992, e em vigência internacional desde 29 de dezembro de 1993.

(2) **Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA**, é um programa decenal brasileiro, com início em 2002 e encerramento em 2012, previsto para ser executado em três (03) fases, que tem por finalidade expandir e consolidar um sistema de áreas protegidas no bioma Amazônia, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.



(3) **Documento Oficial do Governo Brasileiro sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - (ARPA)** é a descrição detalhada de todo o Programa, contendo os objetivos, metas, metodologias e resultados.

(4) **Project Appraisal Document - PAD** é o documento interno do Banco Mundial, administrador dos recursos doados pelo *Global Environmental Facility (GEF)*, "Report nº 23756, de 18 de julho de 2002", relativo ao **Programa ARPA**, contendo os objetivos, metas, metodologias e refletindo os resultados das negociações entre todos os parceiros, governo e FUNBIO, dando base para a elaboração dos contratos.

(5) **Documentos Oficiais do Programa ARPA** é o conjunto de documentos que regem todo o **Programa ARPA**.

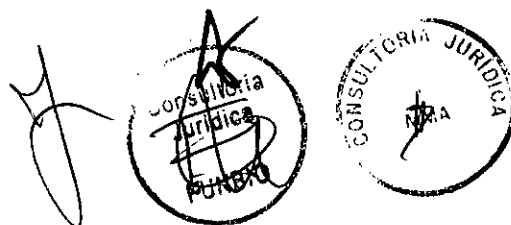
(6) **Grant Agreement** é o contrato, sob o nº TF 051240 de 24.10.2002, e seus Termos aditivos de 27 de outubro de 2003, 10 de outubro de 2004 e 29 de maio de 2007, mediante o qual o Banco Mundial, na condição de administrador dos recursos do *Global Environmental Facility (GEF)*, doa recursos num montante equivalente a 30.000.000,00 (trinta milhões) de dólares ao **FUNBIO**, para que este atenda as demandas de bens e serviços que lhes foram apresentadas pelas agências executoras, com a finalidade de implementar o **Programa ARPA**.

(7) **Manual Operacional (MOP) do Programa ARPA** é o instrumento que tem por objetivo orientar as atividades e procedimentos do Programa, a serem desenvolvidos por todos os parceiros.

(8) **Coordenação Geral do Programa - CG** é a instância de governo que realiza a articulação política e institucional do **Programa ARPA**, composta pelo Ministério do Meio Ambiente, representado pela sua Secretaria-Executiva – SECEX e Secretaria de Biodiversidade de Floresta - SBF, e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes.

(9) **Comitê do Programa - CP** é a instância deliberativa colegiada, presidida pela SECEX com suas atribuições definidas no Decreto nº 4 326, de 08 de agosto de 2002 e portaria nº 408 de 16 de agosto de 2002.

(10) **Unidade de Coordenação do Programa - UCP** é a instância executiva instituída no âmbito do **MMA**, com a tarefa de criar um vínculo entre o Comitê de Programa e os diversos executores. A UCP será responsável por dar suporte, executar e supervisionar os diferentes componentes; por monitorar as atividades do Projeto; por oferecer orientação aos executores do projeto sobre os procedimentos técnicos; por formular e sistematizar os documentos para análise e aprovação pelo Comitê de Programa; por receber os POAs; por preparar os relatórios de execução física e financeira de todos os executores, e por preparar o POA consolidado para o Projeto e o relatório geral de progresso, a ser considerado pelo Comitê de Programa e analisado pelo doador. A UCP também atua como a secretaria executiva da Coordenação Geral (CG) e do Comitê de Programa (CP). A UCP convocará as reuniões do Comitê de Mediação de Conflito (veja abaixo) em resposta às solicitações do Comitê de Programa, da Coordenação Geral, da



sociedade civil e das organizações de base.

(11) **Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF** - é órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente de assistência imediata ao Ministro de Estado, nos termos do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007;

(12) **Departamento de Áreas Protegidas - DAP** – subdivisão departamental da Secretaria de Biodiversidade e Florestas cuja competência de atuação está determinada no art 21 do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007;

(13) **Comitê de Mediação para Solução de Conflitos - CMC** é a comissão consultiva, criada por ato administrativo do Ministro do Meio Ambiente para a mediação de conflitos, negociação e propostas de soluções para questões socioambientais que porventura ocorram ou venham a ocorrer na criação e/ou consolidação das áreas protegidas e seu entorno, envolvidas no **Programa ARPA**.

(14) **Painel Científico de Aconselhamento do Programa - PCA** é uma instância consultiva, constituída por cientistas de universidades, instituições de pesquisa, governo e ONGs, com o objetivo de facilitar o processo de identificação de novas unidades de conservação, recomendar o aprimoramento na metodologia de seleção de áreas e dar qualidade técnico-científica aos procedimentos para criação e implantação de novas áreas protegidas.

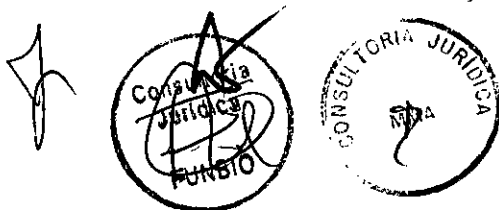
(15) **Plano Operativo Anual - POA** é o documento detalhado contendo metas, atividades e cronogramas detalhados para execução do **Programa ARPA**.

(16) **Fundo de Áreas Protegidas para o Programa ARPA - FAP** é o fundo de capitalização permanente constituído sob a forma de um *endowment*, que é administrado pelo **FUNBIO**, com o objetivo de cobrir despesas de custos recorrentes para a manutenção em longo prazo de unidades de conservação de proteção integral consolidadas pelo **Programa ARPA** e de unidades de conservação de uso sustentável selecionadas, de acordo com o previsto nos documentos oficiais do **Programa ARPA** e no Manual do Fundo de Áreas Protegidas.

(17) **Manual do Fundo de Áreas Protegidas - FAP** é o documento que estabelece os procedimentos e orienta as operações do FAP, sendo parte integrante do MOP.

(18) **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC**, é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto na Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.

(19) **Unidade de Conservação - UC**, é definida pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, nº 9.985/2000, Capítulo I, Art. 2º, Inciso I, como o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao



qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”




(20) **Plano de Manejo** é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem orientar o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

(21) **Termo de Doação** é o documento legal mediante o qual, de acordo com este Acordo, o **FUNBIO** repassará ao **MMA** os bens adquiridos para cada unidade de conservação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPEIS

I – COMPETE AO MMA:



- a) coordenar a execução do **Programa ARPA**, de modo a garantir a expansão e a consolidação de áreas protegidas no bioma Amazônia, assegurando a conservação da biodiversidade na região e contribuindo para o desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa;
- b) promover a criação, num prazo de dez anos, de 37,5 milhões de hectares de florestas em Unidades de Conservação na Amazônia, na forma da legislação aplicável;
- c) promover a criação, implementação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral, bem como a criação de UCs de uso sustentável, garantindo-lhes proteção ambiental;
- d) aportar recursos financeiros necessários para a implementação do Programa no âmbito governamental, disponibilizados através dos orçamentos anuais da União, sem que haja transferência de tais recursos para o Funbio;
- e) manter e financiar a instância deliberativa do Programa: o Comitê do Programa – CP, que toma as decisões no âmbito geral relativamente ao **Programa ARPA**;
- f) manter a instância de articulação política e institucional do **Programa ARPA**: Coordenação Geral do Programa – CG;
- g) manter o exercício das atividades de coordenação, acompanhamento e execução do **Programa ARPA** por uma Unidade de Coordenação de Projeto – UCP, com a responsabilidade de atuar como secretaria executiva subordinada ao Comitê do Programa – CP.
- h) apoiar a Unidade de Coordenação do Programa - UCP;

   7

- i) criar o Comitê de Mediação para Solução de Conflitos - CMC, quando necessário, estabelecendo no ato administrativo de sua criação, as ocasiões e formas de sua convocação bem como sua composição e forma de atuação;
- j) promover a criação do Painel Científico de Aconselhamento do Programa – PCA estabelecendo no ato administrativo de sua criação, as ocasiões e formas de sua convocação bem como sua composição e forma de atuação;
- k) cumprir as obrigações previstas como de responsabilidades do **MMA** no *Grant Agreement* nº TF 051240 e seus Termos aditivos de 27 de outubro de 2003, 10 de outubro de 2004 e 29 de maio de 2007, nos Contratos CBR 134-2003, CBR 199-2004 e seu Termo Aditivo de 2005, celebrados entre **WWF-Brasil** e **FUNBIO**, que dota o **FUNBIO** com recursos financeiros com o objetivo de viabilizar a contribuição técnica e financeira do **WWF-Brasil** ao **Programa ARPA**, e no Contrato celebrado entre **KfW** e **FUNBIO**, em 12.11.2004, que dota o **FUNBIO** de recursos financeiros para apoiar os órgãos gestores de unidades de conservação na criação e a consolidação das Unidades de Conservação previstas no **Programa ARPA** e ações apoio visando a sustentabilidade das mesmas;
- l) zelar pela correta e adequada utilização dos bens adquiridos e doados pelo **FUNBIO**;
- m) garantir a vinculação dos bens adquiridos e serviços contratados aos propósitos definidos nos POAs do **Programa ARPA**, e realizar os procedimentos relativos aos bens constantes do item III desta CLÁUSULA TERCEIRA, adiante.

II – COMPETE AO FUNBIO:

- a) desenvolver em conjunto com o **MMA**, estudos, aprovados pelo Comitê do Programa (CP), dentre outros temas, sobre legislação ambiental e tributária, com a finalidade de buscar alternativas para a sustentabilidade financeira das UCs contempladas no **Programa ARPA**;
- b) desenvolver em conjunto com o **MMA**, Projetos-Pilotos, decorrentes dos resultados alcançados nos estudos, com a finalidade de colocar em prática e exequibilidade de esquemas tentativos de sustentabilidade financeira de longo prazo das UCs contempladas no **Programa ARPA**;
- c) adquirir em seu nome, com os recursos dos doadores e dos rendimentos do FAP, e doar ao **MMA**, mediante Termo de Doação, os bens necessários para a implementação dos POAs, previamente definidos e aprovados pelo CP, conforme as regras definidas nos contratos de doação e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operativo do **Programa ARPA**;



- d) contratar, com os recursos dos doadores e dos rendimentos do FAP, os serviços previamente definidos nos POAs, em conformidade com o estabelecido nos seus cronogramas de desembolso, e aprovados pelo CP, conforme as regras definidas nos contratos de doação e a legislação brasileira, observando ainda os procedimentos estabelecidos nos manuais operativos do **Programa ARPA**;
- e) gerir o FAP, para o **Programa ARPA**, com vistas a garantir a manutenção e sustentabilidade financeira das Unidades de Conservação contempladas no **Programa ARPA**, previstas nos documentos do Programa e no PAD;
- f) implementar as decisões do Comitê do Programa-CP, salvo nos casos em que contrarie sua missão institucional, suas diretrizes, seus objetivos, seu estatuto, regimento interno, ou seu *modus operandi*,
- g) adotar os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do **Programa ARPA** (MOP);
- h) apresentar ao **MMA** os relatórios financeiros e de auditorias realizadas.
- i) apresentar ao **MMA**, sempre que solicitado, informações relativas à execução de suas tarefas concernentes ao **Programa ARPA**.
- j) adotar Manual Operativo do FAP onde estarão expressas as normas de gestão de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade financeira das UCs, selecionadas pelo **Programa ARPA**.

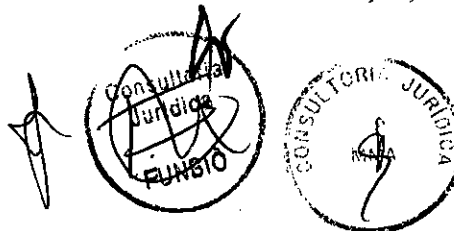
Parágrafo Primeiro - O **FUNBIO** não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações que não tenha assumido expressamente neste instrumento.

Parágrafo Segundo - O **FUNBIO** não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por atividades e/ou obrigações assumidas por qualquer órgão ou entidade executora do **Programa ARPA**.

Parágrafo Terceiro - Os bens a que se refere à alínea "c" do inciso II serão doados ao **MMA** mediante a assinatura de Termo de Doação, contendo as especificações necessárias, e serão imediatamente incorporados ao patrimônio do **MMA**.

III - COMPETE AO MMA, NO QUE CONCERNE À PROPRIEDADE E UTILIZAÇÃO DOS BENS DOADOS A ELE PELO FUNBIO EM FUNÇÃO DO PROGRAMA ARPA:

- (a) O **MMA** deverá utilizar os bens doados única e exclusivamente na execução do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, sendo vedada a sua alienação, bem como



utilização para qualquer outro fim, enquanto durar o Programa.

(b) O **MMA** deverá registrar em seu patrimônio os bens doados e informar ao **FUNBIO**, no prazo de trinta dias a contar da entrega dos mesmos, os números de patrimônio de cada bem.

(c) O **MMA** deverá afixar, nos bens objeto da presente doação, placas ou adesivos, conforme o caso, em local de fácil visualização, contendo a logomarca do **Programa ARPA** e os seguintes dizeres: "**Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA**".

(d) O **MMA** responsabilizar-se-á pelo perecimento ou deterioração natural dos bens doados, a partir do momento do seu recebimento, ainda que o fato tenha advindo de caso fortuito ou de força maior. Em nenhuma circunstância o **FUNBIO** ficará obrigado a restituir os referidos bens ou indenizar o **MMA**.

(e) O não cumprimento por parte do **MMA** de quaisquer das condições relativas à doação dos bens irá determinar a imediata devolução dos bens ao **FUNBIO**, no mesmo estado de conservação em que se encontravam no momento da doação, sem prejuízo de indenização por eventuais perdas e danos.

(f) O **MMA** sempre que solicitado pelo **FUNBIO** deverá demonstrar o cumprimento das condições relativas à doação dos bens.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

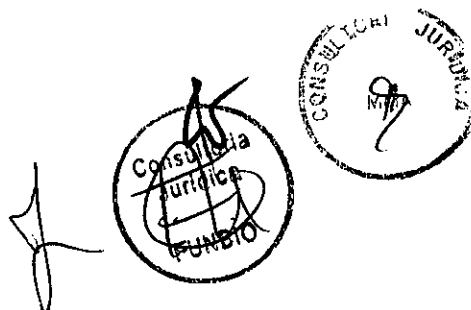
O presente Acordo não prevê a transferência de recursos entre os partícipes.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Instrumento vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou, ainda, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.



CLÁUSULA SÉTIMA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológicas decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Instrumento, serão atribuídos aos partícipes durante a vigência do presente Acordo, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o prévio e formal consentimento do MMA e do FUNBIO.

Parágrafo Primeiro – A propriedade da marca e da logomarca do **Programa ARPA**, fica, durante o prazo de vigência do Acordo, atribuída ao **FUNBIO**.

Parágrafo Segundo – O **FUNBIO** se compromete a solicitar o depósito e providenciar o registro da marca e logomarca em seu nome perante o INPI.

Parágrafo Terceiro – O **FUNBIO** autoriza o **MMA** e os executores do **Programa ARPA** a utilizar a marca na identificação de sua participação no Programa

Parágrafo Quarto – O **Funbio** reverterá ao **Programa ARPA**, preferencialmente para o Fundo de Áreas Protegidas-FAP, os recursos advindos com a exploração da propriedade material da marca e da logomarca do **Programa ARPA**, inclusive os advindos de eventuais licenciamentos para o uso da mesma.

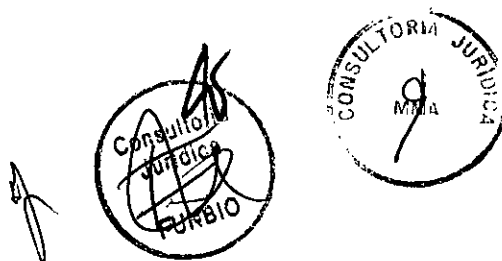
Parágrafo Quinto - Os licenciamentos da marca, a comercialização dos resultados técnicos e de toda e qualquer inovação tecnológica decorrentes do presente Acordo pelo **FUNBIO** estarão condicionados à concordância do **MMA**.

Parágrafo Sexto - O **FUNBIO** transferirá a propriedade da marca e da logomarca do **Programa ARPA** ao **MMA** ao final deste Acordo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Parágrafo Único – A divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento deverá sempre constar a logomarca do Programa, bem como a de todos os partícipes, conforme o Manual de Aplicação da Marca do **Programa ARPA**.



CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

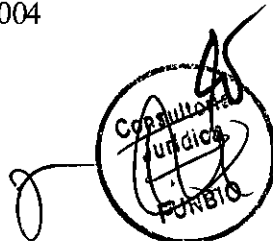
Fica designado o Comitê do Programa, para acompanhar a fiel execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, sendo-lhe assegurado, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços programados, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis, nos termos de sua competência definida pelo Decreto 4.326 de 08 de agosto de 2002, e de sua instituição pela Portaria MMA 408 de 16 de agosto de 2002.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao MMA providenciar a publicação deste Acordo de Cooperação Técnica, em extrato, no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo estas ocorrer no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo primeiro do art. 61, da Lei nº 8.666, de 1993, aplicável à administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES INSTRUMENTOS, INDEPENDENTEMENTE DE SUA TRANSCRIÇÃO.

- 1). Decreto Presidencial nº 4.326, de 08 de agosto de 2002, que cria o **Programa ARPA**;
- 2). Documento Oficial do Governo Brasileiro sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia – **ARPA**;
- 3). *Project Appraisal Document* - PAD, do Banco Mundial, “*Report nº 23756, de 18 de julho de 2002*”, sendo o documento oficial do **Programa ARPA** para os seus doadores;
- 4). Portaria **MMA** n. 408, de 16 de agosto de 2002, que regulamenta o Comitê do **Programa ARPA**;
- 5). *Grant Agreement* n. TF051240 do Banco Mundial (GEF) e **FUNBIO** e seus Termos aditivos de 27 de outubro de 2003, 10 de outubro de 2004 e 29 de maio de 2007;
- 6). Acordo de Cooperação Técnica **MMA/ARPA**, celebrado entre a União, por intermédio do **MMA**, e o **FUNBIO**, em 25 de outubro de 2002;
- 7). Acordo de Cooperação Técnica, no âmbito do **Programa ARPA**, entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – **Instituto Chico Mendes** e o **FUNBIO**, com a interveniência da União, por intermédio do **MMA**;
- 8). Contrato de Parceria para Cooperação Técnica-Financeira WWF-Brasil e **FUNBIO** - CBR 134-2003, CBR 199-2004 e seu Termo Aditivo;
- 9). Contrato de Contribuição Financeira celebrado entre o Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW e **FUNBIO**, em 12 de novembro de 2004




- 11) Manual Operativo do Programa (MOP);
12) Manual Operativo do Fundo de Áreas Protegidas (FAP);
13) Estatuto do FUNBIO; e
14) Regimento Interno do FUNBIO.


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, que por ventura não tenham sido resolvidos administrativamente.

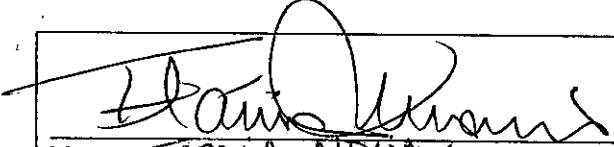

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente Instrumento em três vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, 10 de Julho de 2008.

CARLOS MINC BAUMFELD Ministro de Estado do Meio Ambiente	
--	--

PEDRO WILSON LEITÃO FILHO Secretário Geral do FUNBIO	
--	--

TESTEMUNHAS:

 Nome: <u>FLAVIA NERI</u> CPF: <u>859.454.987-34</u> RG: <u>06385017-6 IFR-RJ</u>	 Nome: <u>CATILA E. MONTEIRO</u> CPF: <u>251092338-29</u> RG: <u>24989304-6</u>
---	--

